



PERFIL URBANO DA CIDADE DE PEDRA BADEJO ILHA DE SANTIAGO REPÚBLICA DE CABO VERDE

Setembro de 2013



Direitos Autorais © Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), 2013

Todos os direitos reservados

As publicações do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos das Nações Unidas podem ser obtidas no seguinte endereço:

Escritórios Regionais e de Informação ou diretamente:

Caixa Postal 30030, GPO 00100 Nairobi, Quênia.

Fax: + (254 20) 762 4266/7

E-mail: unhabitat@unhabitat.org

Website: <http://www.unhabitat.org>

Este projecto foi preparado e gerido pela Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, DGOTDU do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, de Cabo Verde em Parceria com o Escritório Local do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONUHABITAT, no quadro do Programa Único das Nações Unidas em Cabo Verde.

O presente Perfil Urbano foi coordenado, a nível do país por Cesário Varela, Assessor do Presidente e Ponto Focal da Câmara Municipal de Santa Cruz e Jeiza Tavares, Directora da DGOTDU.

A equipa de Gestão do Programa foi composta por Janice Helena Da Silva, Coordenadora da ONU-HABITAT para Cabo Verde; Kerstin Sommer – Responsável Global do PSUP e Mathias Spaliviero, Conselheiro Regional, ONUHABITAT

PERFIL URBANO DA CIDADE DE PEDRA BADEJO: REPÚBLICA DE CABO VERDE

HS Number: HS/024/14P

ISBN Number (Series): 978-92-1-132023-7

ISBN Number (Volume): 978-92-1-132613-0

Renúncias de Responsabilidades

A designação empregada bem como a apresentação do material contido nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado das Nações Unidas sobre o status legal de qualquer país, território, cidade ou área, ou de suas autoridades, ou a respeito da delimitação de suas fronteiras ou limites, ou ainda, sobre o seu sistema económico ou grau de desenvolvimento. A análise, conclusões e recomendações do presente relatório não reflectem necessariamente os pontos de vista do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), o Conselho de Administração da ONU-Habitat ou seus Estados-Membros. Este documento foi produzido com o apoio financeiro da União Europeia. As opiniões aqui expressas, não podem, de forma alguma, ser consideradas ser a opinião oficial da União Europeia. Fragmentos desta publicação podem ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte.

Edição (Cláudio Furtado)

Desenho e Layout: Matthieu Sublet, ONUHABITAT

Paginação: Jaime Silva

Arte Work: Mick Silves

Créditos das fotos: © ONU-Habitat e Câmara Municipal de Santa Cruz



PERFIL URBANO DA CIDADE DE PEDRA BADEJO ILHA DE SANTIAGO REPÚBLICA DE CABO VERDE

ÍNDICE DE CONTEÚDO

PREFÁCIO: DIRECTOR EXECUTIVO	5
PREFÁCIO: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	6
RESUMO EXECUTIVO	7
INTRODUÇÃO	12
CONTEXTO	13
GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO	17
ALOJAMENTO E CONDIÇÕES DE VIDA NOS BAIROS INFORMAIS	20
SEGURANÇA URBANA	22
SERVIÇOS URBANOS DE BASE	25
AMBIENTE E RISCOS URBANOS	27
GÉNERO	29
ANÁLISE SWOT DO PERFIL	30
FICHAS DE PROJECTO	33
BIBLIOGRAFIA	

PREFÁCIO DO DIRECTOR EXECUTIVO



De acordo com a pesquisa publicada no maior relatório da ONU-Habitat, O Estado das Cidades do Mundo 2010-2011, todas as regiões em desenvolvimento, incluindo as da África, Caraíbas e Pacífico, terão mais pessoas a viver em áreas urbanas do que nas áreas rurais até o ano 2030. Com

a metade da população do mundo já a viver nas áreas urbanas, são assustadores os desafios que enfrentamos na luta contra a pobreza urbana, na nossa busca por cidades sem assentamentos informais, cidades onde as mulheres se sentem mais seguras, cidades inclusivas com energia, água e saneamento, e transporte acessível, cidades melhor planeadas, mais limpas e mais verdes. Mas como mostra esta série, há muitas soluções interessantes e melhores práticas para a qual podemos recorrer. Afinal, os números dizem-nos que durante a década de 2000 a 2010, um total de 227 milhões de pessoas, nos países em desenvolvimento, saiu de condições de moradores dos assentamentos informais. Em outras palavras, os governos, cidades e instituições parceiras, colectivamente, superaram a meta dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no que toca aos assentamentos informais, duas vezes e 10 anos à frente do prazo acordado de 2020. A Ásia e o Pacífico estiveram na vanguarda dos esforços bem-sucedidos para alcançar a mesma meta, com todos os governos da região melhorando a vida de cerca de 172 milhões de moradores dos assentamentos informais entre 2000 e 2010.

Na África subsaariana, porém, a proporção total da população urbana vivendo em assentamentos informais diminuiu apenas 5 por cento (ou seja 17 milhões de pessoas).

O Gana, Senegal, Uganda e Ruanda foram os países mais bem sucedidos na sub-região, reduzindo as proporções de moradores de assentamentos informais, até mais de um quinto na última década.

Cerca de 13 por cento do progresso feito em direcção à meta mundial sobre os assentamentos informais ocorreu na América Latina e no Caribe, onde estima-se que 30 milhões de pessoas saíram de condições de moradores dos assentamentos informais, desde o ano 2000.

No entanto, a ONU-Habitat estima em confirmar que os progressos realizados, para a meta dos assentamentos informais, não têm sido suficientes para conter a expansão demográfica em assentamentos informais no mundo em desenvolvimento. Neste sentido, os esforços para reduzir o número de moradores dos bairros de

assentamentos informais não são satisfatórios nem adequados.

Como parte dos nossos esforços para resolver esta crise, a ONU-Habitat está a trabalhar com a Comissão Europeia e o Secretariado para a África, Caraíbas e Pacífico (ACP), sediado em Bruxelas, visando apoiar o desenvolvimento urbano sustentável. Dadas as necessidades urgentes e diversificadas, achamos necessário desenvolver uma ferramenta para uma rápida avaliação e planeamento estratégico de forma a orientar as intervenções imediatas, de médio e longo prazo. E aqui nós temos isso na forma desta série de publicações. O Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais (Participatory Slum Upgrading Programme) é baseado no diálogo político entre a ONU-Habitat, o Secretariado ACP e a Comissão Europeia, que remonta ao ano 2002. Quando as três partes se reuniram na sede da ONU-Habitat, em Junho de 2009, mais de 200 delegados de mais de 50 países aprovaram uma chamada retumbante à comunidade internacional para prestar maior atenção a estas questões de urbanização, e para estender o programa de urbanização dos assentamentos informais para todos os países do Grupo ACP.

Vale a pena lembrar aqui como somos gratos ao nono Fundo de Desenvolvimento da Comissão Europeia aos países ACP disponibilizando 4 milhões de euros (5.7 milhões de dólares no câmbio de Junho de 2011) para permitir à ONU-Habitat a realização do programa, que hoje atende a 59 cidades em 23 países africanos, e mais de 20 cidades em seis países do Pacífico, e quatro países do Caribe. Na verdade, desde a sua criação em 2008, o programa de urbanização dos assentamentos informais alcançou a confiança de parceiros a nível de cidade e país na África, no Caribe e no Pacífico. Ele está a dar uma grande contribuição destinada a apoiar os esforços de redução da pobreza urbana, como cada relatório desta série nos mostra. Eu gostaria de expressar a minha gratidão à Comissão Europeia e ao Secretariado ACP pelo seu compromisso com este programa de urbanização dos assentamentos informais. Eu tenho toda a confiança de que os resultados descritos neste perfil, e noutros, servirá para orientar o desenvolvimento de respostas, capacitação e investimentos no sector urbano.

Além disso, eu gostaria de agradecer a cada Equipa País pelo seu contínuo apoio neste processo, que é essencial para o sucesso da implementação do Programa Participativo de Melhoria dos Assentamentos Informais.

Dr. Joan Clos

Sub Secretário Geral das Nações Unidas
Director Executivo da ONU-Habitat

PREFÁCIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ



Desde a sua criação em 1971 (através do Decreto-Lei n.º 108/71, de 29 de Março) o Município de Santa Cruz encontra-se em pleno desenvolvimento de opções estratégicas e planos, baseados numa gestão participada, que tem tomado como ponto de partida o consenso social, para se poder afirmar no

compromisso institucional que permita implementar de forma sustentável as políticas planificadas tanto a nível local como central, antecipar as mudanças e colocar o município nos novos cenários regionais e nacionais de desenvolvimento.

Santa Cruz, um Concelho que assistiu toda a evolução pós-independência, apesar de muitas carências ressentidas ao longo da sua história, não quer e nem deve ficar de fora nessa corrida rumo ao desenvolvimento.

Com o advento da independência de Cabo Verde, datado de 1975, Pedra Badejo, conheceu um rápido crescimento demográfico à volta de um Porto pesqueiro. A fragilidade na capacidade de planificação, da Autoridade local, de então, permitiu o aparecimento de bairros informais. Este facto, acrescido de outros fatores, como por exemplo, migração das pessoas, para a cidade, falta de recursos humanos com formação em matéria do planeamento urbano e ordenamento do território, propiciaram a proliferação em todo o perímetro da cidade, de habitações desorganizadas com défice de saneamento básico, falta de espaço verde e de lazer, ruas estreitas que dificultam a circulação rodoviária.

É neste contexto que encaramos, com grande satisfação, a iniciativa do Governo em priorizar a política de habitação social nos próximos anos como um dos pilares de desenvolvimento e coesão social para Cabo Verde. Aproveitamos também o ensejo para parabenizar a ONU HABITAT pelos trabalhos realizados até agora em prol da Humanidade. Desejamos que as Vossas realizações se estendam a Cabo Verde e cheguem aos que vos esperam e sonham com uma casa digna. Estamos certos que o Vosso trabalho contribuirá para a promoção da igualdade de oportunidades, do desenvolvimento integrado e sustentável e da equidade social. Almejamos que este trabalho denominado, Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo, venha a contribuir para o desenvolvimento de Santa Cruz e que iniciativas do género possam desabrochar noutros concelhos.

Orlando Fernandes Lopes Sanches

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz

INTRODUÇÃO

O estudo que ora se apresenta retrata o Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo e tem como finalidade contribuir para a promoção de políticas de desenvolvimento urbano, permitindo que os residentes da urbe possam viver num ambiente urbano devidamente planeado, organizado e gerível.

A então Vila de Pedra Badejo, sede do Concelho, agora Cidade, fica situada na Ilha de Santiago, mais concretamente no Concelho de Santa Cruz. Ela nasceu como o resultado de um processo progressivo de fixação de pessoas de forma espontânea, atraídas pelo mar e vales férteis para a agricultura. Assim, começou a construção das primeiras casas que depois acabaram por ganhar corpo de Vila, fruto de actividades como a pesca, o pequeno comércio, a agricultura e as dinâmicas desenvolvidas até ao momento. A partir da década de 90 surgiram as primeiras preocupações no sentido de planificar o crescimento e desenvolvimento urbanos. Desenvolveram-se alguns planos de desenvolvimento urbano, e hoje está-se perante o Plano do Desenvolvimento Municipal (PDM) do Concelho.

O Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo veio ancorar em alguns planos e estudos já desenvolvidos, de entre os quais se destaca o diagnóstico da situação sócio-económica de Santa Cruz, que faz um retrato pormenorizado do Concelho (2006); o Plano Municipal de Desenvolvimento Local (2009/2010); o Plano urbanístico, entre outros planos de gestão de desenvolvimento do território municipal (a urbanização em Sta Cruz começou em 1984, com a chegada dos técnicos austríacos, que deram início à reabilitação da zona triângulo e do Bairro de Cutelinho, que veio a dar origem ao primeiro plano cadastral do interior de Santiago).

O planeamento urbano começou, concretamente, em 1991, com a elaboração de alguns planos detalhados em Achada Fátima.

Apoiou-se também em entrevistas exploratórias junto de responsáveis de determinados sectores tais como: os Delegados de Saúde, do Desenvolvimento Rural, da Educação, o Comando Local de Polícia, responsáveis de ONGs que trabalham com as Mulheres (Delegação Local da Organização das Mulheres de Cabo Verde), Associação Esperança (ONG que trabalham com pessoas vivendo com o VIH-SIDA e afectadas).

Os responsáveis pelos serviços de Saneamento da Câmara Municipal de Santa Cruz, de igual modo realizaram encontros para a recolha de subsídios junto de várias associações comunitárias do Concelho.

O Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo enquadra-se dentro da política de Habitação Social e Desenvolvimento Urbano do Governo de Cabo Verde e da ONU – Habitat para elaboração do Perfil do Sector Urbano Regional (RUSPS) em África e Estados Árabes, através de uma avaliação de necessidades e mecanismos de resposta, e como contribuição para o alargamento da implementação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O objectivo do presente Perfil do Sector Urbano é contribuir para o desenvolvimento da política de redução da pobreza urbana a nível nacional em Cabo Verde. Enquadra-se no programa da ONU- Habitat de cooperação com o Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, MAHOT. Ele é realizado mediante uma avaliação das necessidades e dos mecanismos de resposta no quadro de uma contribuição à implementação dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM). A política será orientada para apoiar as actividades compreendendo o reforço das capacidades, o plaidoyer, a gestão do saber assim como as actividades operacionais. A abordagem baseia-se nos TDR estandardizados do Perfil do Sector Urbano desenvolvidos pela Comissão Europeia (CE) e já implementadas pela ONU HABITAT em outros países. Além disso, uma análise e uma consulta nacional serão realizadas para buscar um consenso sobre os temas e as questões nacionais e sobre os mecanismos de respostas. Esta combinação será rigorosa para o perfil urbano nacional a realizar para cada país identificando as insuficiências e os domínios de intervenção prioritários. A finalidade é permitir uma integração espacial/ territorial multisectorial e uma colaboração intersectorial na análise das questões urbanas assim como na concepção das intervenções que estão prestes a ser implementadas. No presente estudo, as análises serão conduzidas a uma etapa superior ao nível regional/ sub-regional onde as conclusões nacionais serão utilizadas para resultar em tendências e recomendações regionais para a redução da pobreza urbana em Cabo Verde. Cinco principais temas serão analisados para tratar a questão da gestão urbana e da redução da pobreza, incluindo : (1) Governação Urbana e desenvolvimento económico ; (2) Habitação e Condições de vida nos bairros espontâneos ; (3) Segurança urbana ; (4) Serviços Urbanos de Base ; (5) Ambiente e riscos urbanos ; (6) Género e (7) VIH / SIDA.

METODOLOGIA

- A primeira fase consiste em elaborar um quadro das condições de vidas nas cidades, à escala local mas também nacional. Os perfis serão realizados sobre a capital do país ou em alternativa, nas cidades capitais dos municípios. As cidades serão escolhidas de forma a oferecer uma boa representatividade da situação urbana do país. A análise desenvolve sete grandes temas: (1) Governação Urbana e desenvolvimento económico ; (2) Habitação e Condições de vida nos bairros espontâneos ; (3) Segurança urbana ; (4) Serviços Urbanos de Base ; (5) Ambiente e riscos urbanos ; (6) Género e (7) VIH / SIDA. As informações serão obtidas através de entrevistas e de discussões com os actores chave e as instituições. Uma vez analisadas, será possível identificar as forças, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças (método SWOT) que enfrentam as cidades e os países no seu desenvolvimento. Estas conclusões serão de seguida apresentadas nas consultas nas cidades e a nível nacional, afim de, eventualmente, serem revistas, modificadas. Um consenso deverá, então, ser conseguido entre os diferentes actores engajados no processo, a fim de fazer emergir as prioridades para intervenções futuras.
- A segunda fase, na base das prioridades identificadas na fase 1, e depois do estudo de viabilidade, consiste em implementar um programa de formação para quadros da administração e determinar o que serão os projectos de investimento prioritários.
- A terceira fase é a fase de realização dos projectos assumidos nas duas fases precedentes. Mas é essencial dar os meios que permitirão aos países trabalhar, eles mesmos, o desenvolvimento de suas cidades. Este grau de autonomização será tornado possível, de entre outras, pela implementação de quadros institucionais sólidos.

O presente relatório é a síntese do trabalho realizado na primeira fase do programa PSUP e diz respeito à Elaboração e Validação do Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo, Ilha de Santiago, Cabo Verde

RESUME EXECUTIVO

Este relatório consiste de: antecedentes gerais do sector urbano em Pedra Badejo, situando-o no contexto do Município de Santa Cruz, baseados num estudo documental, entrevistas e consultas com os intervenientes fundamentais bem como representantes de instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

Os antecedentes incluem dados sobre a administração, planeamento urbano, economia, sector privado informal e formal, pobreza urbana, infra-estrutura, água, serviço de saúde pública, transporte público, iluminação pública, energia, educação; uma avaliação sintética de sete áreas principais: governação e desenvolvimento económico, bairros informais, género, HIV/SIDA e ambiente - em termos de postura institucional, quadros reguladores, mobilização de recursos e desempenho.

Esta segunda secção também realça prioridades acordadas e inclui uma lista de projectos identificados; e uma análise de pontos fortes, fraquezas, oportunidades e ameaças (análise SWOT), e uma descrição de propostas de projectos prioritárias para cada tema. As propostas incluem os beneficiários, parceiros, custos estimados, objectivos, actividades e resultados esperados

ANTECEDENTES

O Concelho de Santa Cruz fica situado na parte leste da Ilha de Santiago. Tem uma superfície de 109,8Km², correspondendo a 11,75% da área total da ilha. É confrontado, a Norte, com o Município de S. Miguel, Oeste com os Municípios de Santa Catarina e Picos, Sudoeste, com o Município de S. Lourenço e a Sul, com o Município de S. Domingos. Encerra a sua fronteira pela orla marítima na zona este.

O Concelho de Santa Cruz está subdividido em três zonas administrativas: Zona Norte, Centro e Sul. Em cada Zona Administrativa existe uma sede – Delegação Municipal instalada – para aproximar os serviços da Câmara Municipal às comunidades locais, permitindo assim que estas se sintam melhor servidas.

O Perfil Urbano da Cidade de Pedra Badejo caracteriza-a nos seus mais variados aspectos, destacando igualmente os pontos fortes e fracos, oportunidades e desafios. Os bairros de Cutelinho, Ponta Belém, Salina, Ponta Achada, Achada Fátima (arredores da Tenda do El Shadai), Bela Vista e arredores são os que implicam maiores desafios de um desenvolvimento integrado da Cidade.

GOVERNAÇÃO URBANA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Antes da proclamação de Santa Cruz como Concelho não havia nenhum tipo de infra-estruturação básica e nenhum tipo de serviço. Os Santa-Cruzenses viviam numa dependência total da Cidade da Praia.

Com a elevação de Santa Cruz à categoria de Concelho, através do Decreto-Lei n.º 108/71, de 29 de Março, o mesmo começou a ganhar a sua autonomia e lançar-se na senda do desenvolvimento. Cresceu quanto ao número de residentes (devido ao seu potencial agrícola e vocação marítima) e pouco depois, Pedra Badejo, zona de maior concentração de pessoas, ascende à categoria de Vila. A movimentação de pessoas e bens (pescado e produtos agrícolas) provocou o crescimento da Vila e o desenvolvimento de algumas actividades económicas e ligações com outros Concelhos e Vilas da Ilha. Hoje, a realidade do Concelho e da Cidade de Pedra Badejo em particular (elevada à categoria de Cidade à luz do Artigo 9º da Lei Nº 77/VII/2010, de 23 de Agosto e publicado no BO nº 32, 1ª Série) é bem diferente, quer pelo aumento da população e expansão urbana, quer pelas infra-estruturas a nível de formação e grau de civilidade das pessoas.

Para além dos poderes municipais eleitos (Câmara Municipal, presidido actualmente pelo Prof. Orlando Sanches e a Assembleia Municipal, chefiada pelo Dr. José Jorge M. Silva) existem Delegações Municipais nas zonas norte, centro e sul do Concelho, com poderes delegados pela Câmara Municipal a fim de melhor servir

预览已结束，完整报告链接和二维码如下：

https://www.yunbaogao.cn/report/index/report?reportId=5_18714

